

**RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ACOMPANHAMENTO DA
EXECUÇÃO CONTRATUAL – RELAC**

**PORTE SECO RODOVIÁRIO
CANOAS– RS**

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PORTO SECO DE CANOAS/RS

PERMISSIONÁRIA: BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A . (BAGERGS)

UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE: INSPETORIA da R F do BRASIL de PORTO ALEGRE/RS

PERÍODO DO ACOMPANHAMENTO: JULHO A DEZEMBRO DE 2017

Relatório da Execução Contratual de permissão do Porto Seco acima identificado, conforme disposto no inciso II do art. 34 da IN RFB nº 1.208, de 04 de novembro de 2011.

I - Realizei com a concessionária ou permissionária, reuniões periódicas, previamente planejadas e registradas em ata, com a finalidade de analisar e acompanhar a execução dos serviços no terminal;

<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	Data:	Local de arquivamento das atas:
------------------------------	---	-------	---------------------------------

Observações: Foram realizadas reuniões periódicas com o fim de acompanhar a execução dos serviços no Porto Seco. Não houve a lavratura de Atas.

II – Certifiquei-me de que a concessionária ou permissionária realizou o pagamento de todas as taxas e emolumentos necessários à execução dos serviços no terminal e cumpriu as demais obrigações previstas em contrato;

<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> sim
------------------------------	---

Observações:

III – Exigi da contratada o fiel cumprimento das normas de segurança do trabalho, bem como a manutenção das instalações do terminal em bom estado de limpeza, organização e conservação;

<input checked="" type="checkbox"/> Não, a contratada cumpriu espontaneamente	<input type="checkbox"/> Sim
---	------------------------------

Observações:

IV – Exigi que, por parte da concessionária ou permissionária, fosse fielmente executado o que foi proposto na concorrência, em especial, a prestação adequada dos serviços, a conformidade dos recolhimentos ao FUNDAF e a observância da tarifa cobrada dos usuários;

<input checked="" type="checkbox"/> Não, a contratada cumpriu espontaneamente	<input type="checkbox"/> Sim
---	------------------------------

Observações:

V – Demandei da concessionária ou permissionária o cumprimento das formalidades objeto de autorizações específicas e propus, em caso de descumprimento dessas formalidades, o cancelamento de tais autorizações;

<input type="checkbox"/> Não, a contratada cumpriu espontaneamente	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não há autorizações específicas
--	------------------------------	---

Observações:

VI – Ofereci, quando necessário, esclarecimentos e soluções técnicas para problemas identificados na execução dos serviços;

<input checked="" type="checkbox"/> Não, não foi necessário	<input checked="" type="checkbox"/> Sim
---	---

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PORTO SECO DE CANOAS/RS

PERMISSIONÁRIA: BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A . (BAGERGS)

UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE: INSPETORIA da R F do BRASIL de PORTO ALEGRE/RS

PERÍODO DO ACOMPANHAMENTO: JULHO A DEZEMBRO DE 2017

Observações: Foi dado esclarecimento à Diretoria da Permissionária Bagergs sobre o devido cumprimento dos requisitos técnicos e operacionais legais exigidos para o devido funcionamento do Porto Seco de Canoas/RS, segundo determina a Portaria RFB nº 3.518/2011 com as atualizações das Portarias RFB nº 113/2013 e 1001/2014.

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PORTO SECO DE CANOAS/RS

PERMISSIONÁRIA: BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A . (BAGERGS)

UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE: INSPETORIA da R F do BRASIL de PORTO ALEGRE/RS

PERÍODO DO ACOMPANHAMENTO: JULHO A DEZEMBRO DE 2017

VII – Levei ao conhecimento da SRRF jurisdiccionante os problemas cujas soluções não eram de minha alçada e que poderiam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços ou comprometê-los futuramente;

<input checked="" type="checkbox"/> Não houve problemas desta natureza	Sim
--	-----

VIII – Propus à autoridade contratante a aplicação de penalidade à concessionária ou permissionária, observando o disposto nas normas legais pertinentes

<input checked="" type="checkbox"/> Não	Sim
---	-----

IX – Organizei arquivo contendo toda a documentação relativa à execução dos serviços no terminal;

<input checked="" type="checkbox"/> Sim	Local de arquivamento da documentação: EAD3
---	---

Observações: Toda a documentação referente ao controle do presente contrato encontra-se arquivado na EAD-3 (Equipe Aduaneira TRÊS) da Inspetoria da Receita Federal do Brasil de Porto Alegre/RS, localizada em sala utilizada pela Receita Federal na BAGERGS.

X – Exigi da contratada o imediato resarcimento por danos causados à SRRF ou a terceiros, durante a execução dos serviços no terminal;

<input checked="" type="checkbox"/> Não, não houve falta que causasse danos	Sim
---	-----

Observações:

XI – Informei à SRRF jurisdiccionante, com antecedência mínima de um ano, o advento do termo contratual.

<input checked="" type="checkbox"/> Não está no prazo	Sim	Data da informação:
---	-----	---------------------

XII – Foram realizadas auditorias e outros procedimentos de fiscalização no período? .

<input checked="" type="checkbox"/> Não	Sim
---	-----

XIII – Ocorreram no período reajustes das tarifas?

<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Sim
---	---

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PORTO SECO DE CANOAS/RS

PERMISSIONÁRIA: BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A . (BAGERGS)

UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE: INSPETORIA da R F do BRASIL de PORTO ALEGRE/RS

PERÍODO DO ACOMPANHAMENTO: JULHO A DEZEMBRO DE 2017

XIV – Ocorreram no período revisões tarifárias?

Não

Sim

Valores atualizados podem ser consultados no sítio www.bagergs.com.br na internet.

Parecer do Fiscal do Contrato

Nos termos do art. 21 da IN RFB nº 1.208/2011, de 04 de novembro de 2011, concluo que a permissionária Banrisul Armazéns Gerais S.A . (BAGERGS) executou a contendo os serviços prestados, com nota final de avaliação geral igual a 8,62 (Serviços classificados como BONS), em uma escala de um até dez. Houve ligeira piora na qualidade dos serviços prestados, considerando-se que a nota final de avaliação geral no semestre anterior (Primeiro Semestre/2017) foi de 8,74.

Fiscal do Contrato: SANDRO MARTINI VARGAS

Matrícula: 66.040

Portaria de Designação: Portaria IRF/POA nº 14 de 16/03/2015

Lotação: INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE PORTO ALEGRE/RS

Telefone : 051-3425-7032 (direto ao ramal)

Data e assinatura

Sandro Martini Vargas
AFRFB - Matr. 66040
Chefe EAU3 - IRF/POA (RS)
31/10/17

FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL DE PORTO SECO

TIPO DE PORTO SECO/DESCRIÇÃO
PORTO SECO DE ZONA SECUNDÁRIA

LOCALIZAÇÃO DO PORTO SECO:	Av. Getúlio Vargas, nº 8201, Canoas, RS
MODALIDADE DE OUTORGА	<input type="checkbox"/> CONCESSÃO <input checked="" type="checkbox"/> X <input type="checkbox"/> PERMISSÃO
EMPRESA EXPLORADORA	BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.
CNPJ	92.721.232/0001-57
VIGÊNCIA DO CONTRATO	Termo Inicial <input type="text" value="22.10.2004"/> Termo Final <input type="text" value="21.10.2029"/>
UNIDADE JURISDICIONANTE	IRF - PORTO ALEGRE

MÊS DO SEMESTRE	MOVIMENTAÇÃO DO PORTO SECO	UNIDADE	SEGUNDO SEMESTRE/2011						TOTAL
			Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
Despachos Aduaneiros	UN	1.503	1.591	1.518	1.570	1.575	1.432	9.189	
Entrada de Mercadorias importadas	US\$	16.036.759	22.039.115	19.100.614	19.463.945	23.013.809	16.368.883	116.023.125,00	
Entradas de mercadorias para exportação	US\$	19.113.973	36.236.750	21.321.025	17.096.229	26.870.872	23.009.283	143.648.132,00	
Imposto de Importação (a receber)	R\$	5.610.478	6.282.689	5.417.043	5.032.963	5.520.510	4.107.857	31.971.540	
IPI vinculado à importação	R\$	2.589.512	3.163.556	2.727.888	2.568.453	3.150.159	2.190.457	16.390.025	
PIS/PASEP	R\$	1.177.917	1.171.411	1.195.921	952.077	1.002.642	895.643	6.395.611	
COFINS	R\$	5.481.862	5.681.764	5.933.226	4.736.542	4.934.604	4.428.361	31.196.459	
Utilização da capacidade de armazenagem	%	36,60%	32,25%	51,50%	46,50%	42,60%	28,40%	39,64%	
DADOS DO PERMISSIONARIO/CONCESSО									
Faturamento	R\$	753.988	792.554	778.013	634.771	605.236	607.965	4.172.527,00	
Receitas de movimentação e armazenagem	R\$	730.258	767.827	751.760	607.278	578.051	574.666	4.009.840,00	
Receitas acessórias	R\$	13.955	12.015	11.900	12.545	11.570	10.270	72.255,00	
DADOS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL									
PA's de iniciativa da SRF	UN	0	0	0	0	0	0	0	0
PA's decorrentes de denúncia ou reclamação	UN	0	0	0	0	0	0	0	0

Auditor-Fiscal da RFB Sandro Martini Vargas, Matrícula nº 66.040, Fiscal do Contrato conforme Portaria IRF/POA nº 14 de 16 de março de 2015

Obs.: O sistema DW é a fonte dos dados nos campos "Despachos Aduaneiros", "Imposto de Importação", "IPI vinculado à importação", "PIS/PASEP e COFINS

A fonte dos dados dos demais campos deste relatório é o relatório mensal " Informações Operacionais " fornecido pela BAGERGS



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG
Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação apresentada para registro no SICAF e arquivada na UASG Cadastradora, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

CNPJ / CPF: 92.721.232/0001-57 Validez do Cadastro: 15/01/2019

Razão Social / Nome: BANRISUL-ARMAZENS GERAIS S/A

Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA

Domicílio Fiscal: 85898 - Canoas RS

Unidade Cadastradora: 170175 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - RS

Atividade Econômica: 5211-7/01 - ARMAZÉNS GERAIS - EMISSÃO DE WARRANT

Endereço: AV GETULIO VARGAS 8201 - Canoas - RS

Ocorrência: Consta

Impedimento de Litar: Nada Consta

Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta

Níveis validados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita	Validade:	22/05/2018
FGTS	Validade:	15/02/2018
INSS	Validade:	22/05/2018
Trabalhista	Validade:	24/07/2018

<http://www.tst.jus.br/certidao>

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Municipal:

Receita Estadual/Distrital	Validade:	17/03/2018
Receita Municipal	Validade:	12/02/2018

VI - Qualificação Econômico-Financeira - Validade: 31/05/2018

Índices Calculados: SG = 4.56; LG = 2.94; LC = 3.73

Patrimônio Líquido: R\$ 38.336.000,00

Esta declaração é uma simples consulta não tem efeito legal.

Emitido em: 29/01/2018 10:36

CPF: 423.925.940-15 Nome: VERA LUCIA ANTONELLO BERGENTAL

Ass:

1 de 1

Vera Lucia Antonello Bergental S/A
Vera Lucia Antonello Matr. 109
Acessora de Diretoria

PLANILHA PARA CONFERÊNCIA

PORTO SECO – BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A

TARIFA S	ARMAZENAGEM – IMPORTAÇÃO	ATUAI S	REAJUSTADA S
T A/1- (%)	do valor CIF por período de 10 dias ou fração	0,08	0,08
T A/2	por m ³ ou fração, período de 10 dias ou fração	2,00	4,37
T A/3	por m ² ou fração, período de 10 dias ou fração	3,00	6,55
ARMAZENAGEM - EXPORTAÇÃO			
T AE1	do valor FOB por período de 30 dias ou fração	0,10	0,10
T AE2	por m ³ ou fração, período de 30 dias ou fração	1,00	2,18
T AE3	por m ² ou fração, período de 30 dias ou fração	1,50	3,28
MOVIMENTAÇÃO – IMPORTAÇÃO - Merc. paletizada			
T M/1	por m ³ ou fração	1,80	3,93
T M/2	por tonelada ou fração	1,50	3,28
MOVIMENTAÇÃO – IMPORTAÇÃO - Merc. não paletizada			
T M/3	por m ³ ou fração	3,50	7,64
T M/4	por tonelada ou fração	2,00	4,37
MOVIMENTAÇÃO – IMPORTAÇÃO - Merc. conteinerizada			
T M/5	por m ³ ou fração	3,50	7,64
T M/6	por tonelada ou fração	2,00	4,37
MOVIMENTAÇÃO – EXPORTAÇÃO - Merc. paletizada			
T ME1	por m ³ ou fração	1,80	3,93
T ME2	por tonelada ou fração	1,50	3,28
MOVIMENTAÇÃO – EXPORTAÇÃO - Merc. não paletizada			
T ME3	por m ³ ou fração	3,50	7,64
T ME4	por tonelada ou fração	2,00	4,37
MOVIMENTAÇÃO – EXPORTAÇÃO - Merc. conteinerizada			
T ME5	por m ³ ou fração	3,50	7,64
T ME6	por tonelada ou fração	2,00	4,37

OBS.:

1) tarifas advalore
 IGP-DI Março 2004= 791,8022 – Março 2017= 1.729,5641

NOTAS EXPLICATIVAS (CONTINUAÇÃO)
Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social.

A Companhia paga R\$ 3,2, mensalmente, para cada membro do Conselho de Administração e R\$ 2,4, mensalmente, para cada membro, em exercício, do Conselho Fiscal.

No período findo em 31 de dezembro de 2016 foi pago o montante de R\$ 468 (R\$390 em 31/12/2015) a título de remuneração dos Administradores (honorários e verbas de representação), incluindo os honorários para os Conselhos de Administração e Fiscal.

A Companhia não oferece a suas pessoas chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	2016	2015
IRPJ	CSLL	IRPJ
4.099	4.099	3.049
983	983	3.184
(1.412)	(1.412)	(444)
894	330	1.423
(72)	-	520
822	330	1.408
(16)	(6)	517
1.130	1.169	(200)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos, em 31 de dezembro, referem-se a:

	2016	2015
Ativo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.071	2.358
Provisão para passivos civis e trabalhistas	1.397	1.501
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	3.468	3.859
IRPJ e CSLL Correntes	1.179	1.168
IRPJ e CSLL diferidos	(1.452)	(1.487)
TOTAL IRPJ e CSLL	685	662

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos, em 31 de dezembro, referem-se a:

	2016	2015
Ativo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.071	2.358
Provisão para passivos civis e trabalhistas	1.397	1.501
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	3.468	3.859
Passivo		
Depreciação CPC 27	(1.452)	(1.487)
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(494)	(506)
Total líquido	685	662

14. Patrimônio Líquido

a) Capital social - O Capital Social, em 31 de dezembro de 2016 é de R\$34.100, (R\$ 34.100 em 2015), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, seu controlador.

b) Distribuição de resultados - O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição como dividendo obrigatório e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

O dividendo obrigatório, calculado conforme a legislação societária e o estatuto social foi o seguinte:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	2.969	1.880
Reserva Legal (5%)	(148)	(94)
Base de cálculo dos dividendos	2.821	1.786
Dividendos (25%)	706	446
c) Reserva de retenção de lucros - A Administração irá propor aos acionistas a capitalização da reserva de retenção de lucros no valor de R\$2.115.		

15. Receita

A receita líquida é composta como segue:

Receita bruta:	2016	2015
Serviços de armazenagem	14.818	20.496
Deduções:		
Impostos sobre receita de serviços (a)	(2.527)	(3.717)
Descontos e cancelamentos	(151)	(129)
Receita operacional líquida	12.140	16.650

16. Informações sobre a natureza dos custos e despesas operacionais

Custos dos serviços prestados	2016	2015	Despesas administrativas	2016	2015	Total
Pessoal	3.293	2.745	3.699	3.002	6.992	5.747
Terceirizados	632	1.772	2.586	1.068	3.218	2.840
Honorários da administração	-	-	622	542	622	542
Depreciação e amortização	951	1.042	668	519	1.619	1.561
Comunicação	-	-	290	440	290	440
Energia elétrica	462	404	248	215	710	619
Gastos com veículos	220	147	101	71	321	218
Despacho aduaneiro	100	97	-	-	100	97
Reclamações trabalhistas	-	141	192	168	192	309
Contingências	286	25	66	527	352	552
Conservação e manutenção	521	422	295	99	816	521
Viagens e estadias	135	-	-	72	135	72
Seguro	216	-	-	216	-	216
informática	-	107	85	107	85	85
Material de expediente	-	112	116	112	116	116
Crédito de liquidação duvidosa	-	495	2.358	495	2.358	2.358
Débitos incobráveis	-	369	112	369	112	112
Aluguéis	-	-	181	-	181	181
Outras	224	414	274	252	498	666
Total	7.040	7.209	10.124	9.827	17.164	17.036

17. Outras receitas

	2016	2015
Indenizações de terceiros	194	-
Recuperação de despesas (a)	1.177	790
Ganho de capital (b)	3.824	246
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	679	-
Reversão de provisão de contingência civil	279	-
Reversão de provisão de contingência trabalhista	13	40
Outras	174	22
	6.340	1.098

(a) Os valores registrados em Recuperação de Despesas referem-se a reembolso de despesas com condomínio, vigilância, portaria, água luz e demais taxas, conforme estabelecido em contrato de locação comercial.

(b) No mês de julho foi realizada a alienação de um imóvel localizado em Uruguaiana pelo valor de R\$ 3.843, através de processo licitatório, Concorrência 003/2016.

18. Instrumentos financeiros

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 reconhecidos pela Companhia são: Aplicações financeiras e contas a receber de clientes, além dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros disponíveis para venda, mantidos para negociação e/ou empréstimos e recebíveis, respectivamente. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. O principal risco identificado relacionado nas operações da Companhia é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pelo cliente de suas obrigações nos termos pactuados, sobre as contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa.

A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instruções de valor em função de risco de mercado, a Companhia não elencou sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08.

Aplicações Financeiras
Clientes
Total

Gestão de riscos - A Banrisul Armazéns Gerais S.A é uma empresa pública privada, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. detentor de 100% do conglomerado prudencial da Banrisul, apenas do conglomerado econômico. A gestão de capital e de riscos corporativos é ferramenta estratégica e principais riscos aos quais a Companhia está exposta, pode-se destacar o risco de crédito. A gestão de riscos é realizada de forma integrada, o que permite agilidade e eficiência.

Gestão de capital - A Companhia possui sólida estrutura de capital, forte e diversificada, visando reduzir seus custos e maximizar o retorno aos acionistas, além de viabilizar a participação de novos investidores. A monitorização das estruturas de capital é realizada periodicamente, com as melhores práticas do setor, a fim de garantir a sustentabilidade da estrutura de capital.

Risco de crédito - O risco de crédito na Companhia está relacionado com a probabilidade de não pagamento de débitos e a probabilidade de não pagamento de compromissos assumidos.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a possibilidade da ocorrência de despesas que afeta o fluxo normal das obrigações da Companhia.

Risco de liquidez de mercado: é a possibilidade de perda na liquidação significativa no mercado em relação ao volume normalmente transacionado.

Risco de liquidez - A Companhia tem uma política de gerenciamento de riscos de liquidez, que se baseia na possibilidade de disponibilizar recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

</div

MAZÉNS GERAIS S.A.

21.232/0001-57 - Avenida Getúlio Vargas, 8201- Canoas - RS

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL



exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações de risco que possam ser significativamente sujeitas a perdas. A Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de /M 475/08.

2016	2015
26.878	22.999
3.316	5.073
30.194	28.072

A é uma empresa pública de capital aberto e de controle acionário do Sul S.A. detentor de 99,48% das ações. A Companhia não faz parte de um conglomerado econômico. A estrutura organizacional fundamental para esta Companhia. Dentre os setores, pode-se destacar o risco de crédito, mercado, liquidez e operacional, que permite agilidade no processo de análise e tomada de decisão, riqueza de capital, formada basicamente por capital próprio, ideal para investidores, além de viabilizar a estratégia de crescimento e riscos controlados. A Companhia monitora o retorno sobre o capital investido.

Relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

Informações contábeis, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados de operações de risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações financeiras referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o resultado é relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a contratos de compra e venda de mercadorias, a Companhia não faz parte de um conglomerado econômico.

mentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e o Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, relativos ao exercício de 2016.

Baseado no exame procedido e no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, entendemos que as contas refletem com exatidão a posição econômica, financeira e patrimonial da Banrisul Armazéns Gerais S.A., por isso somos de parecer favorável à sua aprovação.

Canoas, 20 de fevereiro de 2017.

Jorge Irani da Silva
Conselheiro Presidente

Roberto Fantinel
Conselheiro

Ronel Xavier Janovik
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesse data, de acordo com as práticas contábeis adotadas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Outros assuntos

Valores correspondentes - O exame do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e das demonstrações do resultado nessa data e preparados originalmente antes dos ajustes de reclassificação, descritos na Nota Explicativa nº 2, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria sem modificações, com data de 24 de março de 2016. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 examinamos os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. A Companhia não realizou alterações significativas no seu sistema de contabilidade ou no seu sistema de controles internos entre 2015 e 2016, e não foram identificadas distorções relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar qualquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de conclusão sobre esse relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, se fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, informaremos a Administração e os outros interessados.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor da auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omisão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventuais ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras e incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2017.

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Canoas, 16 de fevereiro de 2017.

João Simioni
Conselheiro

José Paulo de Almeida
Conselheiro

KPMG
Auditoras Independentes
CRC 1SP014428/F-7

em uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência econômicos, sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa

administrativas. Provisões são constituídas para todas as contingências reais que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância dos advogados extemos. As provisões são revisadas e ajustadas para o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos judiciais em nota explicativa e os de perda remota não são divulgados, conforme

	JUROS	VENCIMENTO		
Circulante				
FINAME	3,00% a.a.	15/04/2020	654	754
			654	754
Não Circulante				
FINAME	3,00% a.a.	16/04/2020	1.379	2.362
			1.379	2.362
			2.033	3.116
As parcelas de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2016 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:				
Vencimento			Valor nominal	
2017			654	
2018			654	
2019			517	
2020			208	
Total			2.033	

Os financiamentos estão geridos por alienação fiduciária dos bens financiados e não possuem cláusulas restritivas em seus contratos.

10. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitem a sua mensuração, apesar da incerteza inherentemente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Os valores das ações avaliadas como sendo de perda provável foram integralmente provisionados.

A Administração entende que os valores provisionados são suficientes para atendimento de eventuais perdas nos processos judiciais.

Demonstramos a seguir a composição e movimentação das provisões para contingências da Companhia:

	Crível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	232	523	755
Adições	518	168	686
Reversões	-	(40)	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	750	751	1.501
Adições	65	158	221
Reversões	(12)	(22)	(34)
Baixa por pagamento	(279)	(13)	(292)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	524	872	1.396
Provisões civis			

Ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, referentes à relação advinda da prestação de serviços de armazenagem e movimentação de cargas em Porto Seco, bem como no regime de armazém geral e da locação da área.

Registraram a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco da perda de ação judicial.

Existem ainda processos civis que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$1.080 (R\$1.079 – 2016), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial e desvio de funções e outros direitos trabalhistas.

Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$ 1.008 (R\$ 984 – 2015).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$6.332 (R\$4.283 – 2015), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

11. Outras obrigações

Este subgrupo engloba as obrigações com empregados e respectivos encargos sociais, além de outras obrigações definidas com terceiros não inclusas em outros subgrupos.

	2016	2015
Circulante		
Débitos - controlador		
Débitos - outras partes relacionadas		
Dividendos e JCP a pagar		
Retenções contratuais		
Obrigações sociais e trabalhistas		
	4.684	3.929
	56	137
	19	16
	343	298
	751	550
	5.853	4.930

12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários à vista e aluguéis de instalações com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e aplicações financeiras no Sistema Integrado de Administração da Caixa - SIAC do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado. A Companhia também contrata serviço de cartão vale alimentação e refeição da Banrisul Cartões S.A.

As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (controlador direto)	Governo do Estado do Rio Grande do Sul (controlador Indireto)	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	2016
Ativo				
Circulante				
Depósitos Bancários				
Aplicações Banrisul CDB				
Aplicação SIAC				
Crédito com partes relacionadas				
	324			324
	153			153
	23.393			23.393
	401			401
	878			24.271
Passivo				
Circulante				
Dividendos a pagar				
Contas a pagar				
	3.034			3.034
	1.650			56
	4.684			1.706
Resultado				
Receitas				
Aluguel				
Financeira				
Despesas				
Comunicação				
Outras				
Vale alimentação e refeição				
Recuperação de despesas				
	1.989			4.873
	1.980			1.980
	9			2.893
	(243)			(863)
	(177)			(177)
	(86)			(66)
				(620)
				(620)
	1.177			1.177

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (controlador direto)	Governo do Estado do Rio Grande do Sul (controlador Indireto)	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	2015
Ativo				
Circulante				
Depósitos Bancários				
Aplicações Banrisul CDB				
Aplicação SIAC				
Crédito com partes relacionadas				
	182			182
	43			43
	20.879			20.879
	202			202
	427			21.306
Passivo				
Circulante				
Dividendos a pagar				
Contas a pagar				
	2.333			2.333
	2.296			1.733
	3.929			4.066
Resultado				
Receitas				
Aluguel				
Financeira				
Despesas				
Comunicação				
Convênio operacional				
Outras				
Vale alimentação e refeição				
Recuperação de despesas				
	1.806			4.290
	1.793			1.793
	13			2.497
	(460)			(848)
	(224)			(224)
	(125)			(125)
	(111)			(111)
	790			(388)
				790

o de Administração da Caixa do Estado do Rio Grande do Sul Instituído em 1991, são remunerados com base na variação de 100% da taxa SELIC

ão por parte da Banrisul Armazéns Gerais S.A. e a disponibilidade do Estado do Rio Grande do Sul.

recursos foram registrados na rubrica receitas financeiras e totalizaram R\$ 475 (R\$ 242 em 2015). O total

R\$ 2.726 em 2015).

reais

de clientes por vencimento são os seguintes:

2016	2015
705	418
144	1.087
20	191
38	210
60	529
2.349	2.638
3.316	5.073

idação duvidosa, registrada em rubrica "Despesas administrativas" na

2016	2015
2.358	422
(679)	(422)
495	2.358
2.174	2.358

visão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 495, em serviços de armazenagem prestados.

valores e outras contas a receber, normalmente não originadas do objeto

2016	2015
298	-
51	44
305	364
405	311
1.059	719

ativos imobilizados compatível com o potencial de geração de benefícios

Contas a receber de clientes	2.715	(2.715)	-
Partes relacionadas	202	(202)	-
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	2.917	2.917
Total do Ativo	2.917		2.917
Passivo			
Circulante			
Obrigações trabalhistas	550	(550)	-
Partes relacionadas	4.066	(4.066)	-
Retenções diversas	298	(298)	-
Outros passivos	16	(16)	-
Outras obrigações	-	4.930	4.930
Total do Passivo	4.930		4.930

Não há nenhum impacto sobre o lucro líquido por ação básica ou diluído da Companhia e nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

3. Principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Utilização das estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas sobre as vidas úteis dos bens registrados no ativo imobilizado, devedores por armazenagem, provisões necessárias para riscos trabalhistas, provisões para imposto de renda e outras similares. Os valores efetivos a serem realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a) Reconhecimento das receitas

A receita de prestação de serviços é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares, sendo que valores a receber ainda não faturados são calculados com base em estimativas do valor das receitas de prestações de serviço de armazenagem das mercadorias a serem desembargadas.

A receita de aluguel é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do contrato. A Companhia não incorre em custos diretos iniciais na negociação e preparação do leasing operacional que devam ser adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros.

b) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

c) Tributação

Impostos sobre serviços

As contas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2,00%
FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	
- Importação	9,51%
- Exportação	6,03%

Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados deduzindo o custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

Fundaf

As receitas de serviços com importação e exportação de mercadorias estão sujeitas à tributação do FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização nas alíquotas de 9,51% e 6,03%, respectivamente.

Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação.

As alíquotas de imposto e as taxas tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia não teve impostos registrados diretamente às rubricas do patrimônio líquido.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável.

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada após identificação de atrasos superiores há noventa dias e os clientes que se encontram nessa situação são provisionados integralmente, exceto em situações que a administração renegociou os valores em atraso.

e) Liquidado

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, em 2015 e 2016, conforme descrito abaixo:

	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	43 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Instalações	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 2015 e 2016 não houve nenhum caso.

f) Intangível

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

Ativos intangíveis que possuem vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não financeiros não são realizáveis, dessa forma, não há nesta data provisão para recuperação de ativos.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

i) Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

i) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou de um evento passado), é provável que recursos econômicos sejam requeridos para confiar o valor da obrigação possa ser feita.

j) Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são com referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de disponibilidade, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais relevantes no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são feitas em conta alterações nas circunstâncias, tales como prazo de prescrição legal ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões classificadas como perda possível são divulgados em nota explicativa e os de perda CPC 25.

k) Arrendamentos operacionais

Os arrendamentos operacionais referem-se a contratos de aluguel de partes de serviços prestados.

l) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é demonstrado financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de determinar a competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em r

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificam

l) Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e está 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A demonstração do valor adicionado (DVA) foi preparada de acordo com o CPC 09

Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, entre os diversos agentes.

m) Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o e de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o

financieiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais novas critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment perdas esperadas e incoincidentes, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas para adaptação da contabilidade de hedge. A administração está avaliando o impacto

• IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma basicamente reconhece quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018. A aderir de sua adoção,

• IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IF iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A administração está avaliando os impactos

• Nâo existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam impactar em sua posição patrimonial, no resultado ou no patrimônio líquido divulgado

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa	Bancos conta corrente
-------	-----------------------

5. Aplicações financeiras

Circulante

Aplicação Siac - Disponível para venda

Mantido para negociação

- CDB

- Fundos

Os valores aplicados no Siac – Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado do Rio Grande do Sul pelo Decreto Estadual nº. 33.959, de 31 de maio de 1991, são remunerados com base no resgate desses valores depende de solicitação por parte da Banrisul. Armazém liberação desses recursos por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Os rendimentos auferidos com a aplicação destes recursos foram registrados na rubrica Receita financeira no exercício foi de R\$ 2.884 (R\$ 2.484 em 2015). Os rendimentos auferidos com outras aplicações totais de receita financeira no exercício foi de R\$ 3.352 (R\$ 2.726 em 2015).

6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Composição das contas a receber de clientes:

Cientes - Devedores por armazenagem

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Créditos com Controlador

Em 31 de dezembro, os saldos das contas a receber de clientes por vencimento são:

A vencer

Vencidos:

Até 30 dias

De 31 a 60 dias

De 61 a 90 dias

De 91 a 360 dias

Mais de 360 dias

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, registrada em r demonstração do resultado:

Saldo inicial

Reversão de provisão

Constituição de provisão

Saldo final

Durante o exercício a Companhia reconheceu provisão para créditos de liquidação função de não recebimento de valores relativos a serviços de armazenagem prestados.

7. Outros créditos

Este agrupamento é composto de demais títulos, valores e outras contas a receber, no principal da Companhia:

Circulante

Títulos a recuperar

Adiantamento a funcionários

Outros valores realizáveis

Despesas antecipadas

Não circulante

Depósitos Judiciais

Cauções

Outros valores e bens BNU

8. Imobilizado

A Companhia considera o valor de custo de seus ativos imobilizados compatível com econômicos de suas operações atuais.

MAZÉNS GERAIS S.A.

21.232/0001-57 - Avenida Getúlio Vargas, 8201- Canoas - RS



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
4	353	299	Fornecedores e outras contas a pagar		929	487
5	26.878	22.999	Empréstimos e financiamentos	9	654	754
6	1.543	2.917	Passivo fiscal corrente		394	696
7	1.059	719	Outras obrigações	11	5.853	4.930
	29.833	26.934	Provisão		169	-
13.b	685	662	Total do passivo circulante		7.999	6.867
7	1.008	984	Empréstimos e financiamentos	9	1.379	2.362
7	199	145	Provisão para contingências	10	1.396	1.501
	1.892	1.791	Total do passivo não circulante		2.775	3.863
8	16.995	17.558	Patrimônio líquido	14		
	372	502	Capital social		34.100	34.100
	17.385	18.078	Reserva de capital		231	231
	19.277	19.869	Reservas de lucros		4.005	1.742
	49.110	46.803	Total do patrimônio líquido		38.336	36.073
			Total do passivo e do patrimônio líquido		49.110	46.803

instruções financeiras.

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

Nota explicativa	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	31.550	231	2.858	-	34.639
	2.550	-	(2.550)	1.880	1.880
	-	-	94	(94)	-
	-	-	1.340	(1.340)	-
	-	-	-	(446)	(446)
	34.100	231	1.742	-	36.073
14.a	-	-	-	2.969	2.969
14.b	-	-	148	(148)	-
14.c	-	-	2.115	(2.115)	-
14.b	-	-	-	(706)	(706)
	34.100	231	4.005	-	38.336

instruções financeiras.

DADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

Nota	2016	2015	DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)	2016	2015
	20.492	19.106	Fluxo de caixa das atividades operacionais	4.099	3.049
15	14.818	20.367	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		
	5.490	1.097	Ajustado por:		
	184	(2.358)	Depreciação	1.557	1.451
	(7.436)	(6.486)	Amortização	62	110
	(2.796)	(456)	Resultado da venda de imobilizado	(3.654)	(243)
	(4.640)	(6.030)	Provisão para contingências	(105)	646
	13.056	12.620	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(183)	2.358
	(1.619)	(1.561)	Juros sobre empréstimos	171	145
	11.437	11.059	Variação nos ativos e passivos:	1.947	7.516
	3.359	2.726	Aplicações financeiras	(2.207)	(5.869)
	3.359	2.726	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(3.879)	(2.745)
	14.796	13.785	Outros ativos	1.265	(897)
	14.796	13.785	Fornecedores e outras contas a pagar	39	184
	6.379	6.300	Outras Obrigações	1.340	377
	4.363	4.794	Passivo Fiscal Corrente	201	5
	1.703	1.258	Pagamento de provisões	(302)	(1.223)
	313	248	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	169	(1.664)
	5.126	5.172	Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(1.040)	(260)
	4.572	4.564	Fluxo de caixa das atividades de investimento	1.647	
	28	45	Compra de ativo intangível	(2.546)	(1.428)
	526	563	Recebimento pela venda de imobilizado	3.843	(128)
	322	433	Fluxo de Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	1.297	(1.556)
	322	252	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
	-	181	Pagamentos de empréstimos	(983)	(683)
	2.969	1.880	Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(983)	(683)
	705	447	Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	54	(592)
	2.264	1.433	Caixa e equivalentes de caixa		
			Saldo no final do exercício	353	299
			Saldo no início do exercício	299	891
			Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	54	(592)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ANCIERAS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

Custo	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Terrenos	5.262	74	(75)	-	5.261
Edificações e Benfeitorias	7.795	-	(854)	1.168	8.109
Móveis e Utensílios	792	-	(3)	5	794
Máquinas e Equipamentos	1.841	130	(5)	52	2.018
Equipamentos - Empilhadeira	2.621	-	(136)	-	2.485
Veículos	2.620	-	(15)	-	2.605
Instalações	5.305	-	(8)	-	5.297
Obras em Andamento	1.173	1.029	-	(1.226)	977
Equipamentos de Informática	449	-	-	-	449
Total	27.858	1.233	(1.096)	-	27.995

Depreciação acumulada	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Edificações e Benfeitorias	(4.819)	(142)	589	-	(4.372)
Móveis e Utensílios	(524)	(44)	3	-	(565)
Máquinas e Equipamentos	(974)	(136)	2	-	(1.108)
Equipamentos - Empilhadeira	(1.235)	(205)	71	-	(1.369)
Veículos	(848)	(409)	11	-	(1.246)
Instalações	(1.615)	(420)	7	-	(2.028)
Equipamentos de Informática	(285)	(66)	-	-	(351)
Total	(10.300)	(1.422)	683	-	(11.039)

Valor contábil 17.558 (189) (413) 16.956

9. Empréstimos e financiamentos

as no patrimônio líquido.

issão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio e impostos.



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal
Inspeção da Receita Federal em Porto Alegre
Equipe Aduaneira 3 - EAD3

Banrisul Arm. Gerais S/A Secretaria
31 JAN 2018
às <u>14</u> h <u>30</u> min
<i>[Signature]</i>
RECEBIDO

**ATA DA REUNIÃO
DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS
PELO PORTO SECO DE CANOAS**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** 26 de janeiro de 2018, às 09h30, na sede da Banrisul Armazéns Gerais S.A., localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 8201 em Canoas/RS.

PRESENÇAS: PRESENÇAS: Compareceram os representantes da RECEITA FEDERAL: os Srs. Auditores-Fiscais **Daniel Balbão**, Inspetor Substituto, **Sandro Martini Vargas**, Fiscal do Contrato SRRF10 nº 06/2004 e Sr. **Gastão Figueira Tonding**, Inspetor Chefe; representando a BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.: os Srs. **Zilmino Jacedir Tartari**, Diretor Superintendente, **Emir Francisco Benelli**, Gerente Comercial, **Viviam Guimarães da Costa**, Assistente Administrativo; representando os DESPACHANTES ADUANEIROS: o Sr. **Dario Vieira** da empresa Twin; representando o Ministério da Agricultura: o Sr. **Edson N. Bergamo**, Fiscal Federal Agropecuário; representando a ANVISA: as Sras. **Rosemaria Timm** e **Luciana M. Samedo**; e o Sr. **Arthur Silva Potiguara**, Monitor de Estratégias da empresa Deloitte Touche Tohmatsu.

2. **ORDEM DO DIA:** Avaliação dos serviços prestados pelo PORTO SECO DE CANOAS.

ASSUNTOS DISCUTIDOS E DELIBERADOS: 1) **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO:** O Sr. Sandro abriu a reunião, como fiscal do Contrato, cumprimentando a todos os presentes e passando a ler o relatório de avaliação dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas/RS - Bagergs, realizada pela Receita Federal no mês de janeiro de 2018, conforme segue:

Em conformidade com o previsto na cláusula quarta do Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco (Contrato SRRF10 Nº 06/2004) e com o artigo 21 da IN RFB nº 1.208/2011, procedi à avaliação dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas - Bagergs (Banrisul Armazéns Gerais S. A.), conforme descrito a seguir.

Responderam o formulário de avaliação doze avaliadores, sendo dois representantes dos Exportadores (Max Ind Metalúrgica LTDA e Tecenge Comercial e Técnica LTDA), dois representantes dos Importadores (Daiana Rodrigues e Real Novidades Distribuidora LTDA), dois representantes dos Transportadores (West Air Cargo e Transpallet), dois representantes dos Despachantes Aduaneiros (Bielog/Sicex e Tradeway Consultoria), dois representantes da Receita Federal do Brasil (Auditor-Fiscal Sandro Martini Vargas - Chefe da EAD3 e Auditora-Fiscal Cristiane Maria Severgnini - Chefe da EAD7), um representante do Ministério da Agricultura e um representante do órgão anuente ANVISA. Aos avaliadores foram entregues os formulários para a avaliação de quesitos relacionados à “Segurança Proporcionada aos Usuários e à Carga” - indicador UM, à “Infraestrutura da EADI” - indicador DOIS e às “Condições da Prestação de Serviços” - indicador TRÊS. Atribuí aos indicadores o mesmo peso, ou seja, o peso UM. O indicador melhor avaliado foi o indicador UM que obteve a nota final 8,96. Em segundo lugar, ficou o indicador DOIS com a nota final 8,75 e por último o indicador TRÊS com a nota final 8,50. Todos os indicadores ficaram, portanto, com notas finais classificadas como sendo SERVIÇOS BONS a qualidade dos serviços prestados pelo permissionário BAGERGS no Porto Seco de Canoas/RS (serviços classificados com notas finais de 5 até 7 são considerados serviços regulares e os classificados com notas finais de 7 até 9 são considerados serviços bons). A NOTA FINAL geral obtida na avaliação da qualidade dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas/RS no Primeiro Semestre/2017 foi de 8,74 (Serviços Bons), portanto uma nota final geral superior à nota final geral obtida na avaliação do semestre anterior, ou seja, igual a 8,50 (avaliação feita em janeiro/2017). Como a nota final geral cresceu, podemos concluir que a BAGERGS teve um acréscimo na qualidade de seus serviços prestados aos usuários, ressalvando-se, ainda, a necessidade de se corrigir/melhorar os tópicos numerados mencionados e descritos abaixo. Os seguintes comentários foram feitos nos formulários de avaliação deste primeiro semestre de 2017:

1. Reclamação quanto à deficiência dos sistemas de refrigeração dos armazéns. Apontado pelo despachante Twin e pelo importador Forjas Taurus S/A;

Manifestação na reunião: Sobre esse tema Sr. Dario comentou que com exceção do armazém 1 os demais armazéns apresentam a temperatura um pouco elevada em dias quentes. Diretor Zilmino explicou que o retelhamento que está ocorrendo com a técnica do venturi ajudará na circulação do ar, melhorando assim o conforto térmico no interior dos armazéns, acrescentou que o prazo de término da obra é de 40 a 60 dias.

2. Iluminação insuficiente no armazém 03. Apontado pelo Auditor-Fiscal da RFB Sandro Martini Vargas e Auditora-Fiscal Agropecuário Consuelo Cortês;

Manifestação na reunião: Sobre esse assunto Sr. Sandro comentou que esta situação permanece há algum tempo e que o armazém 4 tem melhor iluminação. Diretor Zilmino explicou que será instalado mais dois lanternins e será aplicado correção com iluminação em LED, a qual já está em andamento no armazém 5 e que obteve ótimo resultado no armazém de lona. Sra. Rosemaria também sobre esse tema discorreu que tendo uma melhor iluminação, possibilita conferir a

carga no local, sem precisar deslocar a mesma, o que diminui a possibilidade de avarias por movimentação.

3. Avaliação de que, em havendo aumento da demanda, o quadro de colaboradores da Bagergs tende a ser insuficiente. Apontado pelo Despachante Twin e pelo importador Forjas Taurus S/A;

Manifestação na reunião: Não houve manifestação sobre o esse assunto.

4. Despachante Twin mostra preocupação com a segurança dos usuários, tendo em vista que o trânsito dos mesmos se dá próximo ou no caminho de máquinas e veículos;

Manifestação na reunião: Sobre esse assunto Sr. Emir apontou que há área demarcada para fluxo de pedestres nos armazéns, Diretor Zilmino comentou de reforçar a pintura da marcação, pois o trânsito pode degastar, e reforçar regras quanto ao fluxo de pessoas. Sr. Sandro comentou de os empregados dos armazéns orientarem os despachantes sobre a faixa a ser respeitada. Sra. Rosemaria abordou sobre a possibilidade de placas indicativas para o trânsito no interior dos armazéns.

5. Os Auditores-Fiscais da RFB Sandro Martini Vargas e Cristiane Maria Severgnini reputam exageradas as tentativas de interferência na liberação de cargas de importação;

Manifestação na reunião: Sr. Sandro explicou que com a mudança nos critérios da liberação de cargas de importação, houveram vários questionamentos sobre a mudança de status da carga de “verde” para “vermelho” e que essa demanda de interferências atrapalham a rotina de trabalho. Explanou que por motivo de sigilo e protocolo algumas informações não podem ser divulgadas, esclareceu que se há demora na liberação, faz parte do fluxo da demanda. Adicionou a informação que toda a região fiscal trabalha da mesma maneira. Sr. Gastão acrescentou que o movimento grevista que vem desde 2016, também afetou na fluidez da implementação da nova metodologia mencionada pelo Sr. Sandro, na BAGERGS como em outros recintos alfandegados. Ressaltou que as outras unidades iniciaram antes a trabalhar com o novo procedimento, assim adquirindo maior experiência. Explanou também que o Gabinete vem acompanhando mês a mês os indicadores de grau de fluidez na importação e quanto ao mês de dezembro de 2017 apresentou os seguintes números: 86% das declarações foram liberadas em 24h, equilibrando com os números dos demais Portos Secos. Sr. Dario fez a seguinte ponderação, algumas cargas que entram na BAGERGS passam de verde para vermelho e em Novo Hamburgo entram verde e são liberadas. Quanto ao comentário do Sr. Dario, Sr. Gastão reitera a informação de que os outros Portos começaram a trabalhar com o novo modelo antes, adquirindo assim a prática dos procedimentos e adicionou que a Gestão de Riscos de Novo Hamburgo é diferente da de Canoas. Encerrou esse assunto dizendo que o objetivo da Superintendência é equalizar os procedimentos em todos os Portos Secos. Sr.

Emir comentou que em dezembro os indicadores trazidos pelo Sr. Gastão foram percebidos.

6. A Anvisa reporta algumas melhoras na prestação de serviço e de infraestrutura, porém avalia que o sistema de localização e movimentação de carga ainda não atende às boas práticas de armazenagem;

Manifestação na reunião: Sra. Rosemaria comentou que esse assunto já vem sendo apontado há algum tempo. Sugeriu que o sistema seja mais fino e ofereça a informação de quadra, coluna e fileira, hoje é oferecido somente quadra e armazém, ressaltou que a informação da quadra é muito amplo, pois há muitas caixas. Sobre esse tema Sr. Emir e Diretor Zilmino explicaram que atualmente o sistema utilizado ACAD necessita de customização para atender a demanda, porém a empresa está implantando no armazém geral com o Sistema de Gerenciamento de Armazém - WMS, onde a previsão é de que em fevereiro terá início a fase de teste do sistema de leitura por código de barras via Wi-Fi. Ao longo de 2018 o WMS irá para o entreposto. Sra. Luciana, ressaltou a respeito da demarcação e endereçamento, pois faz parte dos parâmetros de liberação da AFE de cosméticos. Sra. Rose finalizou dizendo que mesmo a carga estando na bancada para inspeção é necessário ter a rastreabilidade da mesma.

7. A Anvisa sugere ainda uma intensificação nos cuidados de armazenagem de produtos perigosos/inflamáveis, bem como a adequada higienização da área;

Manifestação na reunião: Sobre esse tema a Sra. Rosemaria relatou que em inspeção foi constatado que não está sendo efetuada a correta separação por classe, o que deveria ser feito por um profissional químico e que encontrou o lava olhos necessitando de melhor higiene. Comentou que o armazém deve receber mais cuidados. Diretor Zilmino informou sobre o relatório com avaliação de ações para atender aos requisitos de armazenagem elaborado pelo responsável técnico Fabiano e que de imediato serão tomadas as ações necessárias.

8. O despachante aduaneiro Sicex relata melhoras nas cobranças de armazenagem e movimentação de cargas;

Manifestação na reunião: Não houve manifestação sobre o esse assunto.

9. Entretanto sugere que: I) No boleto de cobrança seja sempre mencionado o número da NF emitida pela Bagergs, pois os documentos não chegam juntos e pelo mesmo canal e II) na NF da Bagergs venha sempre destacado o número da DI ou MAWB/HAWB (ou documento de embarque correspondente), pois isto facilita a identificação do processo que está atrelado à cobrança;

Manifestação na reunião: Não houve manifestação sobre o esse assunto.

10. O importador Vinhos do Mundo considera que os setores de faturamento e liberação de cargas deveriam ter uma melhor comunicação entre si, evitando cobranças indevidas e geração de boletos de cargas que já foram liberadas;

Manifestação na reunião: Sobre esse assunto Sr. Emir comentou ter sido uma situação pontual e que a mesma já foi solucionada.

11. O importador Vinhos do Mundo reclama dos procedimentos adotados pelo armazém 01, os quais obrigam o seu despachante aduaneiro a telefonar para tomar conhecimento da liberação de amostras. Considera que esta informação deveria lhe chegar de maneira antecipada. Relata, ainda, que o responsável nem sempre está disponível para atender a ligação telefônica;

Manifestação na reunião: Não houve manifestação sobre o esse assunto.

12. O importador Vinhos do Mundo considera excessivo o tempo despendido pelos funcionários do armazém 03 para analisar e liberar os documentos de importação. Reclama, ainda, da dificuldade em conseguir contato com o referido armazém após as 17 horas.

Manifestação na reunião: Sobre esse assunto Diretor Zilmino comenta que o horário de trabalho dos empregados dos armazéns é até às 17h30, porém em caso de necessidade pode ser estendido.

13. A Auditora-Fiscal Agropecuário Consuelo Cortês reclama da dificuldade de localização de cargas a serem vistoriadas.

Manifestação na reunião: Referente a esse assunto Sr. Bergamo relatou que recentemente houve uma situação de não encontrarem uma carga e que essa circunstância tem ocorrido com certa frequência.

Relacionamos a seguir os problemas que foram registrados em relatórios anteriores e que ainda permanecem pendentes de solução na presente avaliação:

1. Iluminação insuficiente no armazém 03.
2. Insegurança no trânsito dos usuários.

Foi adicionado o seguinte item citado na reunião:

3. Rastreabilidade no sistema.

Assuntos extras abordados: Sra. Rosemaria informou que a ANVISA está adotando um novo sistema de inspeção, o qual muda o modelo anterior onde os fiscais compareciam presencialmente na BAGERGS duas vezes por semana. Com o novo modelo a inspeção é feita a distância, a carga é inspecionada em outra unidade e assim, os fiscais farão a visita presencial só em caso de indicação do servidor que tenha vistoriado a carga no início do processo. Diante do exposto, explica que devido a menor frequência presencial na empresa, terá menos contato com os indicadores avaliados neste Relatório de Avaliação. Diretor Zilmino comentou

sobre o Relatório de Boas Práticas de Armazenagem, e que será dado maior atenção aos problemas relatados.

14. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e determinada a lavratura desta ata para os efeitos legais, que vai assinada pelos presentes, conforme lista de presenças, em anexo.

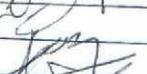
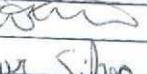
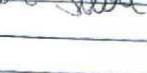
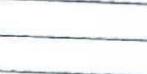


Sandro Martini Vargas
AFRFB - Matr. 66040
Chefe EAD/3 - IRF/POA (RS)



**Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal
Inspeção da Receita Federal em Porto Alegre
Equipe Aduaneira 7 – EAD 7**

Lista de Presenças da Reunião do dia 26.01.2018, às 9h30

Nome	Empresa	Assinatura
Jucimara M. Sámedo José Luiz Góes	Anvisa Oncovisa	
Danilo Viegas Edson N. Reggiani	Turin MHPA	
GASTÃO Figueira FIDENAL DANIEL B. BALIBÁD	RFB RFB	
ANDRÉ MARTINS VIEIRAS EMIR FRANCISCO BENETTI	DFB HAGERGS	
Zilvino Jacob Pacheco Silvana Góes	Bageggs Bageggs	
Cristiane T. A. Neumann ARTHUR SILVA POTIGUARA	BAGERGI DELOITTE	 

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO PORTO SECO DE CANOAS/RS – BAGERGS

2º SEMESTRE/2017

Em conformidade com o previsto na cláusula quarta do Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco (Contrato SRRF10 Nº 06/2004) e com o artigo 21 da IN RFB nº 1.208/2011, procedi à avaliação dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas – Bagergs (Banrisul Armazéns Gerais S. A.), conforme descrito a seguir.

Responderam o formulário de avaliação doze avaliadores, sendo dois representantes dos Exportadores (AEL Sistemas S/A e A Buhler S/A), dois representantes dos Importadores (Forjas Taurus S/A e Vinhos do Mundo LTDA), dois representantes dos Transportadores (West Air Cargo e Transpallet), dois representantes dos Despachantes Aduaneiros (Bielog/Sicex e Twin Complexo Logístico), dois representantes da Receita Federal do Brasil (Auditor-Fiscal Sandro Martini Vargas – Chefe da EAD3 e Auditora-Fiscal Cristiane Maria Severgnini – Chefe da EAD7), um representante do Ministério da Agricultura (Auditora-Fiscal Agropecuário Consuelo Cortês) e um representante do órgão anuente ANVISA, Fiscal Rosemaria Timm.

Aos avaliadores foram entregues os formulários para a avaliação de quesitos relacionados à “Segurança Proporcionada aos Usuários e à Carga” – indicador UM, à “Infraestrutura da EADI” – indicador DOIS e às “Condições da Prestação de Serviços” – indicador TRÊS. Atribuí aos indicadores o mesmo peso, ou seja, o peso UM.

O indicador melhor avaliado foi o indicador **DOIS** que obteve a nota final **8,83**. Em segundo lugar, ficou o indicador **UM** com a nota final **8,54** e por último o indicador **TRÊS** com a nota final **8,50**. Todos os indicadores ficaram, portanto, com notas finais classificadas como sendo **SERVIÇOS BONS** a qualidade dos serviços prestados pelo permissionário BAGERGS no Porto Seco de Canoas/RS (serviços classificados com notas finais de 5 até 7 são considerados serviços regulares e os classificados com notas finais de 7 até 9 são considerados serviços bons).

A **NOTA FINAL geral** obtida na avaliação da qualidade dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas/RS no Segundo Semestre/2017 foi de

fl. 1/3



8,62 (Serviços Bons), portanto uma nota final geral inferior à nota final geral obtida na avaliação do semestre anterior, ou seja, igual a **8,74** (avaliação feita em julho/2017). Como a nota final geral decresceu, podemos concluir que a BAGERGS teve um decréscimo na qualidade de seus serviços prestados aos usuários, ressaltando-se, ainda, a necessidade de se corrigir/melhorar os tópicos numerados, mencionados e descritos abaixo.

Os seguintes comentários foram feitos nos formulários de avaliação deste segundo semestre de 2017:

- 1) Reclamação quanto à deficiência dos sistemas de refrigeração dos armazéns. Apontado pelo despachante Twin e pelo importador Forjas Taurus S/A;
- 2) Iluminação insuficiente no armazém 03. Apontado pelo Auditor-Fiscal da RFB Sandro Martini Vargas e Auditora-Fiscal Agropecuário Consuelo Cortês;
- 3) Avaliação de que, em havendo aumento da demanda, o quadro de colaboradores da Bagergs tende a ser insuficiente. Apontado pelo Despachante Twin e pelo importador Forjas Taurus S/A;
- 4) Despachante Twin mostra preocupação com a segurança dos usuários, tendo em vista que o trânsito dos mesmos se dá próximo ou no caminho de máquinas e veículos;
- 5) Os Auditores-Fiscais da RFB Sandro Martini Vargas e Cristiane Maria Severgnini reputam exageradas as tentativas de interferência na liberação de cargas de importação;
- 6) A Anvisa reporta algumas melhorias na prestação de serviço e de infraestrutura, porém avalia que o sistema de localização e movimentação de carga ainda não atende às boas práticas de armazenagem;
- 7) A Anvisa sugere ainda uma intensificação nos cuidados de armazenagem de produtos perigosos/inflamáveis, bem como a adequada higienização da área;
- 8) O despachante aduaneiro Sicex relata melhoras nas cobranças de armazenagem e movimentação de cargas;
- 9) Entretanto sugere que: I) No boleto de cobrança seja sempre mencionado o número da NF emitida pela Bagergs, pois os documentos não chegam juntos e pelo mesmo canal e II) na NF da Bagergs venha sempre destacado o número da DI ou

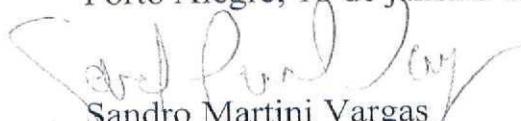
- MAWB/HAWB (ou documento de embarque correspondente), pois isto facilita a identificação do processo que está atrelado à cobrança;
- 10) O importador Vinhos do Mundo considera que os setores de faturamento e liberação de cargas deveriam ter uma melhor comunicação entre si, evitando cobranças indevidas e geração de boletos de cargas que já foram liberadas;
 - 11) O importador Vinhos do Mundo reclama dos procedimentos adotados pelo armazém 01, os quais obrigam o seu despachante aduaneiro a telefonar para tomar conhecimento da liberação de amostras. Considera que esta informação deveria lhe chegar de maneira antecipada. Relata, ainda, que o responsável nem sempre está disponível para atender a ligação telefônica;
 - 12) O importador Vinhos do Mundo considera excessivo o tempo despendido pelos funcionários do armazém 03 para analisar e liberar os documentos de importação. Reclama, ainda, da dificuldade em conseguir contato com o referido armazém após as 17 horas.
 - 13) A Auditora-Fiscal Agropecuário Consuelo Cortês reclama da dificuldade de localização de cargas a serem vistoriadas.

Relacionamos a seguir os problemas que foram registrados em relatórios anteriores e que ainda permanecem pendentes de solução na presente avaliação:

- 1. Iluminação insuficiente no armazém 03.
- 2. Insegurança no trânsito dos usuários.
- 3. Dificuldade na localização de cargas a serem vistoriadas.

Este é o relatório.

Porto Alegre, 18 de janeiro de 2018.



Sandro Martini Vargas

Auditor-Fiscal da RFB Mat. N° 66.040
Fiscal do Contrato SRRF10 nº 06/2004
Portaria IRF/POA nº 14 de
16/março/2015.



Coordenação Geral de Programação e Logística - Copol
Coordenação de Recursos Materiais - Comat
Receita Federal Divisão de Contratos - Dicon



Processo nº: 11080 010899/2003-01

Interessado: SRRF10

Assunto: Aprovação de Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco de Canoas/RS.

Tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 33 do Decreto nº 93.872, de 23/12/86, e tendo em vista a Delegação de Competência de que trata a Portaria SRF nº 165/2003, encaminho o presente processo ao Senhor Chefe de Gabinete do Secretário da Receita Federal, submetendo à sua aprovação o Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco de Canoas/RS, em caráter emergencial, e sujeito à condição resolutiva expressa, celebrado entre a União, representada pela Superintendência Regional da Receita Federal na 10ª Região Fiscal, e a empresa BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A, CNPJ/MF nº 92.721.232/0001-57, às fls. 251/269.

Brasília/DF, 20 de dezembro de 2003.

José Viana Mendes Diniz
ME/SP/COPOL
Coordenador-Geral

De conformidade com o disposto no inciso I do artigo 33 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e tendo em vista a Delegação de Competência de que trata a Portaria SRF nº 165/2003,

APROVO o Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco de Canoas/RS, em caráter emergencial, e sujeito à condição resolutiva expressa, celebrado entre a União, representada pela Superintendência Regional da Receita Federal na 10ª Região Fiscal, e a empresa BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A, CNPJ/MF nº 92.721.232/0001-57, às fls. 251/269.

Brasília/DF, 20 de dezembro de 2003.

EXPEDITO JOSÉ DE VASCONCELOS GONÇALVES
Chefe de Gabinete do Secretário da Receita Federal
Delegação de Competência Portaria SRF nº 165/2003



Receita Federal

Secretaria da Receita Federal - SRF
Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol
Coordenação de Recursos Materiais – Comat
Divisão de Contratos - Dicon



Processo nº : 11080.003683/2002-09
Interessado : SRRF 10 RF
Assunto : Aprovação do Contrato - SRRF 10 RF / BANRISUL ARMAZÉNS

De conformidade com o disposto no inciso I do artigo 33 do Decreto nº 93.872, de 23/12/86 e considerando a delegação de competência constante da Portaria SRF nº 165, de 06/02/2003, encaminhamos o presente processo ao Chefe de Gabinete do Secretário da Receita Federal, para fins de aprovação do Contrato nº 06/2004 que tem por objeto deferir a Permissão para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco de Canoas/RS, para carga geral, celebrado em 24/09/2004, entre a União, representada pela SRRF 10 RF e a empresa, BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A – CNPJ/MF nº 92.721.232/0001-57, constante das fls. 2026 a 2048.

Brasília/DF, 07 de outubro de 2004.

José Ribamar Mendes Diniz
Coordenador-Geral de Programação e Logística

De conformidade com o disposto no Inciso I do Artigo 33 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986,

Aprovo o Contrato nº 06/2004, celebrado em 24/09/2004 entre a União, representada pela SRRF 10 RF e a empresa, BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A – CNPJ/MF nº 92.721.232/0001-57, cujo objeto é deferir a Permissão para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco de Canoas/RS, para carga geral, constante das fls. 2026/2048.

Brasília/DF, 07 de outubro de 2004.

Expedido José do V. Gonçalves
Chefe de Gabinete do Secretário da Receita Federal